

História

Organizadoras e elaboradoras
Kátia Maria Abud
Raquel Glezer

2

módulo

Nome do Aluno _____

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Governador: *Geraldo Alckmin*

Secretaria de Estado da Educação de São Paulo

Secretário: *Gabriel Benedito Issac Chalita*

Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas – CENP

Coordenadora: *Sônia Maria Silva*

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor: *Adolpho José Melfi*

Pró-Reitora de Graduação

Sônia Teresinha de Sousa Penin

Pró-Reitor de Cultura e Extensão Universitária

Adilson Avansi Abreu

FUNDAÇÃO DE APOIO À FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FAFE

Presidente do Conselho Curador: *Selma Garrido Pimenta*

Diretoria Administrativa: *Anna Maria Pessoa de Carvalho*

Diretoria Financeira: *Sílvia Luzia Frateschi Trivelato*

PROGRAMA PRÓ-UNIVERSITÁRIO

Coordenadora Geral: *Eleny Mitrulis*

Vice-coordenadora Geral: *Sônia Maria Vanzella Castellar*

Coordenadora Pedagógica: *Helena Coharik Chamlian*

Coordenadores de Área

Biologia:

Paulo Takeo Sano – Lyría Mori

Física:

Maurício Pietrocola – Nobuko Ueta

Geografia:

Sônia Maria Vanzella Castellar – Elvio Rodrigues Martins

História:

Kátia Maria Abud – Raquel Glezer

Língua Inglesa:

Anna Maria Carmagnani – Walkyria Monte Mór

Língua Portuguesa:

Maria Lúcia Victório de Oliveira Andrade – Neide Luzia de Rezende – Valdir Heitor Barzotto

Matemática:

Antônio Carlos Brolezzi – Elvia Mureb Sallum – Martha S. Monteiro

Química:

Maria Eunice Ribeiro Marcondes – Marcelo Giordan

Produção Editorial

Dreampix Comunicação

Revisão, diagramação, capa e projeto gráfico: *André Jun Nishizawa, Eduardo Higa Sokei, José Muniz Jr. Mariana Pimenta Coan, Mario Guimarães Mucida e Wagner Shimabukuro*

*Cartas ao
Aluno*

Carta da

Pró-Reitoria de Graduação

Caro aluno,

Com muita alegria, a Universidade de São Paulo, por meio de seus estudantes e de seus professores, participa dessa parceria com a Secretaria de Estado da Educação, oferecendo a você o que temos de melhor: conhecimento.

Conhecimento é a chave para o desenvolvimento das pessoas e das nações e freqüentar o ensino superior é a maneira mais efetiva de ampliar conhecimentos de forma sistemática e de se preparar para uma profissão.

Ingressar numa universidade de reconhecida qualidade e gratuita é o desejo de tantos jovens como você. Por isso, a USP, assim como outras universidades públicas, possui um vestibular tão concorrido. Para enfrentar tal concorrência, muitos alunos do ensino médio, inclusive os que estudam em escolas particulares de reconhecida qualidade, fazem cursinhos preparatórios, em geral de alto custo e inacessíveis à maioria dos alunos da escola pública.

O presente programa oferece a você a possibilidade de se preparar para enfrentar com melhores condições um vestibular, retomando aspectos fundamentais da programação do ensino médio. Espera-se, também, que essa revisão, orientada por objetivos educacionais, o auxilie a perceber com clareza o desenvolvimento pessoal que adquiriu ao longo da educação básica. Tomar posse da própria formação certamente lhe dará a segurança necessária para enfrentar qualquer situação de vida e de trabalho.

Enfrente com garra esse programa. Os próximos meses, até os exames em novembro, exigirão de sua parte muita disciplina e estudo diário. Os monitores e os professores da USP, em parceria com os professores de sua escola, estão se dedicando muito para ajudá-lo nessa travessia.

Em nome da comunidade USP, desejo-lhe, meu caro aluno, disposição e vigor para o presente desafio.

Sonia Teresinha de Sousa Penin.

Pró-Reitora de Graduação.

Carta da

Secretaria de Estado da Educação

Caro aluno,

Com a efetiva expansão e a crescente melhoria do ensino médio estadual, os desafios vivenciados por todos os jovens matriculados nas escolas da rede estadual de ensino, no momento de ingressar nas universidades públicas, vêm se inserindo, ao longo dos anos, num contexto aparentemente contraditório.

Se de um lado nota-se um gradual aumento no percentual dos jovens aprovados nos exames vestibulares da Fuvest — o que, indubitavelmente, comprova a qualidade dos estudos públicos oferecidos —, de outro mostra quão desiguais têm sido as condições apresentadas pelos alunos ao concluírem a última etapa da educação básica.

Diante dessa realidade, e com o objetivo de assegurar a esses alunos o patamar de formação básica necessário ao restabelecimento da igualdade de direitos demandados pela continuidade de estudos em nível superior, a Secretaria de Estado da Educação assumiu, em 2004, o compromisso de abrir, no programa denominado Pró-Universitário, 5.000 vagas para alunos matriculados na terceira série do curso regular do ensino médio. É uma proposta de trabalho que busca ampliar e diversificar as oportunidades de aprendizagem de novos conhecimentos e conteúdos de modo a instrumentalizar o aluno para uma efetiva inserção no mundo acadêmico. Tal proposta pedagógica buscará contemplar as diferentes disciplinas do currículo do ensino médio mediante material didático especialmente construído para esse fim.

O Programa não só quer encorajar você, aluno da escola pública, a participar do exame seletivo de ingresso no ensino público superior, como espera se constituir em um efetivo canal interativo entre a escola de ensino médio e a universidade. Num processo de contribuições mútuas, rico e diversificado em subsídios, essa parceria poderá, no caso da estadual paulista, contribuir para o aperfeiçoamento de seu currículo, organização e formação de docentes.

Prof. Sonia Maria Silva

Coordenadora da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas

Apresentação da área

Fazer a História

Durante sua vida escolar, você já estudou História em várias séries. Então, você sabe que essa disciplina estuda as ações humanas ocorridas no tempo, em diferentes lugares.

Também já percebeu que existem muitas referências a fatos históricos e momentos significativos em diversas formas de comunicação, como séries de televisão, filmes, músicas, propagandas, livros, roupas etc.

Isto é uma característica da sociedade ocidental – ter o passado como parte formativa e informativa de sua cultura, para que qualquer pessoa que nela viva, em qualquer lugar, possa se localizar no tempo, entender as referências e compreender o momento em que vive.

Você deve ter observado que o programa de História solicitado para os exames vestibulares é longo – das origens dos seres humanos até os dias atuais. Nos seis módulos em que a disciplina História vai se apresentar, não há a intenção de percorrer todos os momentos históricos, nem a de seguir uma seqüência no tempo. A intenção é mostrar como o mundo que nos cerca contém referências históricas e como estas podem ser lidas e entendidas, por meio da exploração de *fontes históricas*.

Compreender como a nossa sociedade vê a História é importante, porque estamos em uma sociedade histórica, que constantemente se interroga sobre seu passado.

Vamos procurar mostrar como o historiador trabalha com o material que seleciona para sua pesquisa, o conhecimento que resulta dessa pesquisa e como você pode fazer alguns exercícios que permitem o entendimento dos textos e das afirmações sobre os momentos históricos.

Incluimos indicações de alguns filmes, livros e sítios na internet, para complementação dos itens desenvolvidos, para que você perceba como a História *é parte fundamental da cultura na sociedade ocidental, da qual a sociedade brasileira faz parte e na qual todos nós estamos mergulhados*.

Apresentação do módulo

Desde o início dos nossos encontros, temos visto como o historiador explora suas fontes para escrever seus livros e artigos que chegam até nós como a História escrita. Vimos, no Módulo I, como os depoimentos orais e a memória das pessoas podem ser fundamentos para o conhecimento de determinados fatos e períodos históricos.

Agora, vamos estudar como os objetos materiais podem ser fontes para a compreensão da História. Tais fontes, muitas vezes, são consideradas tão banais que não lhe damos importância na nossa vida cotidiana. Porém, sabemos valorizá-las quando são vestígios de sociedade passadas e desaparecidas. Assim, nos encantamos com as pirâmides egípcias, maias e astecas e não observamos as construções que nos cercam. Ou, valorizamos objetos de décadas passadas, por que são “antigos” e não percebemos a importância que têm os objetos que utilizamos em nosso dia-a-dia.

Os objetos de nosso uso diário ou utilizados no passado são importantes no conjunto das fontes que nos auxiliam no “fazer a História”, porque interagem com outros tipos de legado do passado: depoimentos orais, documentos escritos, artes, entre outros.

Neste módulo, pretendemos estudar como as fontes materiais interagem com outras e podem nos levar a compreender os acontecimentos históricos.

Unidade 1

O homem é um produtor de cultura material

Apresentação

Você já estudou muitas sociedades e períodos históricos nos diversos cursos de História que realizou. Neste módulo vamos apresentar algumas questões que você já conhece, mas com um enfoque específico, destacando a cultura material.

Nos dias de hoje, a cultura material é um tipo de **fonte histórica** muito utilizada pelos historiadores. Os documentos de cultura material são os **artefatos** – produtos da ação humana para a sobrevivência e continuidade da espécie, no sentido mais amplo possível. Além dos historiadores, antropólogos, paleontólogos e arqueólogos também trabalham com a cultura material.

A tais documentos também se aplicam as questões:

- O que é?
- Quem produziu?
- Para quê?
- Por quê?
- Quando?
- Onde?

Vamos olhar ao nosso redor e observar os elementos de cultura material que fazem parte de nosso cotidiano através de alguns exercícios para você OK compreender o que é um **artefato**: documento de cultura material.

1. Abra sua bolsa, maleta ou mochila e despeje o conteúdo na mesa; separe o que for para alimentação e anote todo o restante em uma lista e, ao lado de cada item, coloque a finalidade de ter ou carregar aquele item;

Em uma outra lista, junte os itens por finalidade, como

- a. instrumentos de comunicação (lápiz, canetas, esferográficas, celular);
- b. instrumentos para conservação da informação (cadernos, fichários, folhas soltas, livros, revistas, jornais);
- c. instrumentos para higiene pessoal (escova dental, pasta dental, pente, escova de cabelo etc.);
- d. objetos para proteger o corpo (blusas, malhas, meias, abrigos etc.);

Organizadoras

Kátia Maria Abud

Raquel Glezer

Elaboradoras

Kátia Maria Abud

Raquel Glezer

- e. outros objetos;
- f. e não esqueça da própria maleta.

Agora aplique as questões acima arroladas a cada um dos elementos que compõem os itens e pense por que fazem parte de seu cotidiano.

- O que é?
- Quem produziu?
- Para quê?
- Por quê?
- Quando?
- Onde?

2. Faça o mesmo exercício em sua sala de aula: descreva o conteúdo da sala, a finalidade, como os elementos podem ser agrupados e por que estão no mesmo espaço.

3. Faça o mesmo exercício em sua escola, pois toda construção é documento de cultura material.

4. Faça o mesmo exercício em sua casa, que é também documento de cultura material.

Como você percebe, em nosso dia-a-dia, utilizamos uma grande quantidade de objetos para nossa conservação (moradia, proteção contra o clima, instrumentos variados para higiene, instrumentos e objetos para alimentação, transporte, comunicação), que são *artefatos* – *produtos da ação humana* –, *elementos de cultura material*.

Todas as culturas humanas que já existiram no planeta produziram, utilizaram e deixaram sinais dos elementos de cultura material que possuíam. Todas as culturas que existem em nossos dias produzem, utilizam e deixam sinais dos elementos de cultura material que possuem.

O estudo da cultura material analisa as ferramentas ou instrumentos e os objetos de diversos materiais produzidos pelos seres humanos em suas relações sociais, com as mais diversas finalidades:

- **ferramentas:** inicialmente foram as extensões de mãos e braços que permitiam a execução de trabalhos variados – desde pegar um fruto fora do alcance imediato da mão do coletor, lascar uma rocha para extrair uma lâmina de sílex (quartzo), furar um osso etc. –, que foram sendo aperfeiçoadas no decorrer do processo evolutivo; os instrumentos são objetos criados com ferramentas que facilitam as atividades humanas – como uma lâmina de sílex cortante ou agulha de osso, uma alavanca ou roda –, que podem substituir a força humana na realização de uma dada tarefa, e que em nossos dias podem ser um meio de transporte, um meio de comunicação, uma máquina industrial, um robô industrial ou mesmo um computador;
- **objetos variados** que por sua multiplicidade podem ser subdivididos em:
 - de uso alimentar: panelas para cozinhar; gamelas e pratos para servir os alimentos – que podem ser de argila crua ou cozida, cerâmica, vidro ou metal;
 - de transporte: de outros objetos, animais ou seres humanos – cestos, redes, cadeiras, carros, carroças, bolsas, maletas, mochilas;

A espécie humana é produtora, mantenedora e consumidora de cultura. A espécie humana é sociável, isto é, todos os seres humanos vivem em conjunto (família, tribo); em sociedade, isto é, estabelecem relações sociais entre si (familiares, econômicas, políticas e culturais), e, necessitam de muitos outros elementos, além de alimentos, para a sobrevivência, que os seres humanos, enquanto coletivo, criam, mantêm, aperfeiçoam, difundem e preservam, de forma consciente ou não.

- de abrigo: como a casa – para abrigo diante das mudanças climáticas, repouso e descanso;
- de proteção e identificação social: as roupas – de uso diário, de trabalho, de dormir, de ocasiões especiais (festas, cerimônias religiosas, cerimônias fúnebres);
- de adorno: como os enfeites – que podem ser individuais, como plumas e pedras, couro, madeira; de uso coletivo – identificação social e profissional; de uso religioso e etc.;
- de diversão: como os brinquedos – bonecas, miniaturas (de animais, de ferramentas de trabalho; de meios de transporte; de meios de comunicação; de objetos de uso diário etc.), jogos de carta, jogos de simulação etc.;
- de uso profissional, como as armas para militares, as ferramentas de ofício para os artífices, os instrumentos para artistas, músicos, dentistas, médicos;
- objetos decorativos para usos religiosos, domésticos, públicos;
- obras de arte: as arquitetônicas, que incluem estradas, pontes, aquedutos, túneis, casas, palácios e templos; as esculturas e pinturas públicas (como em cavernas, igrejas, museus etc.) e particulares.

A Cultura Material

Vamos apresentar alguns exemplos de documentos de cultura material: os **artefatos**.

Artefatos são produtos deliberados, resultados do uso de mão-de-obra humana. Os primeiros artefatos localizados por arqueólogos são os líticos, feitos de pedra: pontas de arpão, pontas de flechas, lascadores de sílex, moedores. Eles também podem ser de osso ou de dentes de animais. Possuem uma complexa classificação por tipologia a partir do primeiro exemplar encontrado e datado. Os artefatos de madeira sobreviventes são muito raros pelas dificuldades de preservação da matéria-prima, mas até hoje há pilões e batedores de madeira semelhantes aos dos períodos iniciais da técnica humana.

OBJETOS LÍTICOS

A pedra de quartzo (sílex) foi um dos materiais que permitiram à espécie humana a confecção de ferramentas, junto com ossos de animais e a madeira. As ferramentas de pedra são classificadas em períodos, o da pedra lascada e o da pedra polida, e tiveram múltiplas funções: pontas de flechas, pontas de lanças, arpões, cortadores em diversos formatos, foices, machados etc. As técnicas de lascamento e de polimento variaram muito de cultura para cultura, mas o material básico é o mesmo, a pedra...

Este artefato é uma ponta de arma, feita de pedra.

1. Imagem de ponta de projétil lítico. Acervo MAE. In: **Quantos anos faz o Brasil?** São Paulo: EDUSP, 2000, p. 111. [legenda]





Este artefato é uma lâmina de machado polida.

2. Imagem de lâmina de machado lítico. Acervo MAE. In: **Quantos anos faz o Brasil?** São Paulo: EDUSP, 2000, p. 111. [legenda]

CERÂMICA

Ao lado da pedra, o barro também foi um dos materiais que a espécie humana pode utilizar para a criação de artefatos que permitissem melhores condições de vida, tais como armazenar água, alimentos, sementes, cozimento de alimentos etc. A cerâmica é uma forma tradicional de trabalhar o barro ou argila em diversas culturas; pode ser crua ou cozida em fogo; pode ser lisa, trançada ou pintada. Objetos de cerâmica tem diversas finalidades: gamelas, potes, tigelas e travessas para uso doméstico; bonecas e animais como brinquedo; urnas para enterramento e flautas que são objetos musicais rituais. Eles servem também para presentes, trocas e comércio.



Vaso de cerâmica pintada para guardar alimentos.

3. Recipiente de cerâmica pintada. Acervo MAE. In: **Quantos anos faz o Brasil?** São Paulo: EDUSP, 2000, p. 112.



Do barro também se fazia brinquedo. Este é uma boneca de barro.

4. Imagem de brinquedo antropomorfo Karajá. Acervo MAE. In: **Quantos anos faz o Brasil?** São Paulo: EDUSP, 2000, p. 127. [legenda]

CESTARIA

É uma forma de manufatura com material extraído da palmeira, cujas fibras são tecidas para diversas finalidades: abanadores, esteiras, cestos carqueiros, peneiras. Também objetos rituais são feitos com cestaria, como máscaras. As técnicas de trançamento das fibras podem seguir padrões variados: horizontal, vertical, oblíquo. As fibras podem manter a cor natural ou serem tingidas. A técnica da tecelagem se originou da cestaria – trançamento de fibras para se obter uma outra fibra, mais resistente e moldável, para outras finalidades.

Leia com atenção o texto acima e compare os artefatos com os objetos, ferramentas e instrumentos que você conhece:

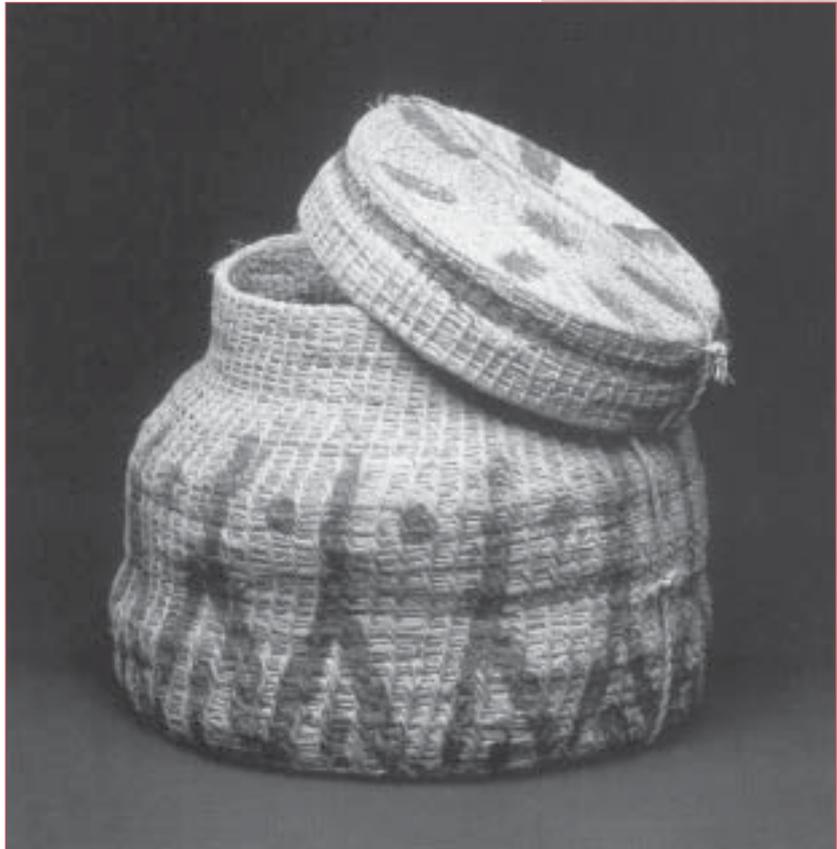
a) as pontas de sílex com os objetos atuais para plantio, pesca, caça, defesa e ataque;

b) a cerâmica com os objetos para alimentação (panelas, pratos e travessas), guarda de mantimentos (latas, potes etc.), brinquedos;

c) cestos trançados com as outras formas de transporte;

d) a tecelagem com a tecelagem atual.

Como você vê nas ilustrações a seguir, imagens semelhantes e originárias de outros continentes demonstram que seres humanos, em condições semelhantes de técnica e de sobrevivência, optam por soluções semelhantes.



Cesto é um artefato.

5. Cesto de buriti com tampa. Acervo MAE. In: **Quantos anos faz o Brasil?** São Paulo: EDUSP, 2000, p. 131.



6. Pedras polidas. (documento no. 1. Collection G. Duby. **Milleux, hommes et civilisations**. 6e. Paris: Larousse, 1977, p. 60)



7. Armas pré-históricas (documento no. 1. Collection G. Duby. **Milleux, hommes et civilisations**. 6e. Paris: Larousse, 1977, p. 62)

LEMBRE-SE

Os seres humanos se caracterizam pelo estabelecimento de relações sociais estáveis em famílias e tribos; na divisão social do trabalho (entre homens e mulheres; entre crianças, jovens e velhos; entre caçadores, coletores, artesãos e sacerdotes); na formulação da linguagem como instrumento de contato entre indivíduos e como veículo de transmissão de informações essenciais para a continuidade da espécie; no desenvolvimento de crenças e idéias criam cultura.

O ser humano moderno é classificado como um ser vertebrado, bípede, mamífero, de sangue quente, primata, família Hominídea, espécie *Homo sapiens sapiens* que surgiu no continente africano cerca de 130.000 anos atrás.

Biologicamente, a classificação dos seres humanos é a seguinte:

Apresentação simplificada da Ordem dos Primatas

- 1- Subordem dos Prosimios (lêmures, indris, gálagos e társius)
- 2- Subordem dos Símios ou Antropóides
 - 2.1- Grupo dos Plátirinos (macacos com cauda do Novo Mundo, como os macacos-aranha, macacos-prego, bugios, sagüis e micos).
 - 2.2- Grupo dos Catarrinos.
 - 2.2.1- Superfamília dos Cercopitecóides (macacos com cauda do Velho Mundo, como os babuínos, mandris e macacos colobos, langures e cercopitecos).
 - 2.2.2- Superfamília dos Hominóides (macacos sem cauda).
 - 2.2.2.1- Família dos Hílobatídeos (gibões).
 - 2.2.2.2- Família dos Pongídeos (orangotangos).
 - 2.2.2.3- Família dos Panídeos (gorilas e chimpanzés).
 - 2.2.2.4- **Família dos Hominídeos (homens).**

(Quadro extraído do sítio http://www.bio2000.hpg.ig.com.br/origem_do_homem.htm)

As pesquisas dos locais em que se estabeleceram as espécies *Homo* ainda continuam, e todas as classificações propostas estão sempre sofrendo revisões, pois aparecem constantemente, em decorrências dos trabalhos realizados, novos hominídeos no continente africano, conforme as escavações se desenvolvem ano a ano, indicando que o conhecimento sobre a origem dos seres humanos está em processo de realização.

Os estudos indicam que a origem inicial da espécie humana moderna foi no continente africano, com posterior dispersão pelos resto do mundo. Estudos de genética indicam a presença de uma “mãe” africana na espécie humana. A partir do continente africano, a espécie humana moderna se espalhou pelos continentes, disseminando técnicas. Pelo conhecimento mais tradicional, as diversas espécies foram se sucedendo, temporal e espacialmente, como se os mais adaptados ao meio ambiente tivessem melhores condições de sobrevivência. Alguns estudos mais atuais consideram a possibilidade de convivência temporal de espécies diferentes e mesmo cruzamento genético e cultural entre elas.

As variações morfológicas (cor da pele, altura, textura do cabelo e características faciais) são resultantes da adaptação evolutiva das populações ao habitat geográfico e não são indicativos de raça como entidade biológica. Raça não é conceito biológico, mas sim social e cultural.

Os estudos indicam:

No Reino animal, os seres humanos são os que mais se relacionam com os grandes símios (chimpanzés e gorilas), com a mesma estrutura anatômica básica e

constituição genética similar. Tais semelhanças foram herdadas de um ancestral comum, que viveu, segundo cálculos baseados em provas fósseis e pesquisa molecular, há cerca de 10 milhões de anos. Estimulados por mudanças ambientais e outros fatores desconhecidos, símios e seres humanos seguiram caminhos evolutivos diferentes entre 5 e 8 milhões de anos atrás. Através dos tempos, algumas características do ancestral comum foram mantidas e outras mudaram para produzir a espécie conhecida hoje.

Ossos fossilizados e pegadas mostram que a adaptação fundamental do homem ao bipedismo (andar ereto) se deu na África há 4 milhões de anos. Vestígios de primitivos hominídeos bípedes – os Australopithecíneos, ou símios meridionais – foram primeiro descobertos na África Meridional, principalmente no Transvaal, onde sobreviveram entre fragmentos de rochas calcárias. A mais antiga e segura prova de bipedalismo foi encontrada na África Oriental, na região do Afar, na Etiópia – o esqueleto conhecido por Lucy, um Australopithecíneo do gênero feminino que vagava pela região há cerca de 3 a 4 milhões de anos. Também foram descobertas pegadas, preservadas por cinzas vulcânicas, de dois Australopithecíneos adultos acompanhados por uma criança em Laetoli, o que mostra que os ancestrais do homem viviam em núcleos familiares há 3,8 milhões de anos.

Os Australopithecíneos combinavam características simiescas e traços humanos. Viveram na África até cerca de 1,7 milhões de anos. Pelo menos quatro espécies relacionadas podem ser distinguidas, algumas de constituição leve, outras de físico mais robusto. Não se sabe ainda se os primeiros, com cérebros pequenos, faces simiescas e estrutura pélvica característica, foram os ancestrais do homem em sua própria família ou gênero, o *Homo*. Australopithecíneos e *Homo* podem representar linhas evolucionárias paralelas com origem em um ancestral comum, ainda não reconhecido por registro fóssil. Mas parece que a tendência de afastar as características simiescas em direção a atributos cada vez mais atuais teria origem em época anterior a 2 milhões de anos.

Os fósseis mais antigos atribuídos ao gênero *Homo* foram encontrados na África Oriental no desfiladeiro do Olduvai (Tanzânia) e Koobi Fora (Quênia). O primeiro fóssil descoberto em Olduvai se diferenciava dos Australopithecíneos pelo cérebro maior, crânio arredondado e face nitidamente humana. Estes hominídeos mais modernos são geralmente classificados como uma espécie única denominada *Homo habilis* –



Fonte: http://www.bio2000.hpg.ig.com.br/origem_do_homem.htm

homem habilidoso, aquele que fabrica seus próprios utensílios. Utensílios simples de pedra por vezes aparecem ao lado dos fósseis do *Homo habilis*.

Um estágio mais avançado no desenvolvimento de características anatômicas modernas é observado em fósseis africanos que datam de, aproximadamente, entre 1,7 milhões de anos a 200.000 mil anos atrás. Mudanças no tamanho e forma do crânio mostram que esses hominídeos tinham um cérebro maior e mais desenvolvido. Fósseis desse tipo são referidos hoje como o *Homo erectus*, nome primeiramente aplicado aos fósseis encontrados no sudeste da Ásia e na China. Mas o grupo africano pode ser considerado uma forma primitiva do *Homo sapiens* (homem racional), linhagem da qual derivaram as primeiras populações de seres humanos modernos.

Os Australopithecíneos estavam restritos à África Tropical, onde podiam sobreviver sem vestuário, abrigo ou fogo. Mas os descendentes do *Homo habilis* logo começaram a se estender além de seu local de origem para colonizar ambientes menos hospitaleiros na Europa e na Ásia. Para isso, fizeram uso da inteligência, que lhes permitia construir abrigos, confeccionar peças de vestuário, dominar o fogo, habilitando-os a sobreviver e prosperar, mesmo quando camadas de gelo cobriam a maior parte do mundo setentrional.

A colonização da Europa provavelmente começou entre 1 milhão e 700 mil anos atrás, embora sítios mais antigos com atividade humana comprovada datem de 500 mil anos atrás. Os restos fósseis indicam que os grupos que se adaptaram a ambientes europeus diversos constituíam uma forma primitiva do *Homo sapiens*. Há 250 mil anos atrás, essa população já mostrava alguns traços que caracterizam o *Homo sapiens neanderthalensis* (homem de Neandertal), espécie que povoou a Europa e a Ásia Ocidental entre 100.000 e 35.000 anos atrás. Tinham rostos de feições toscas, com grandes mandíbulas, testas proeminentes, corpos musculosos e robustos – provavelmente representam um desenvolvimento local da primitiva linha do *Homo sapiens*, resultado da adaptação específica ao frio da última Idade do Gelo.

Os mais antigos fósseis conhecidos com as características do homem moderno são os do sítio Omo 1 (Etiópia), os da desembocadura do rio Klasies (África do Sul) e os de Qafzeh (Israel), que datam de 90.000 a 110.000 anos atrás. Os seres humanos modernos não substituíram imediatamente todas as formas primitivas de seres humanos. Embora estivessem presentes no Oriente Próximo há 100 mil anos, eles não substituíram o homem de Neandertal na Europa durante mais de 50 mil anos.

Na Europa Ocidental, calcula-se que os primeiros seres humanos com as características do homem moderno apareceram apenas há 35 mil anos. Mais ou menos na mesma época, seres humanos modernos surgiram também na Ásia.

O homem moderno já ocupava a maior parte do então mundo habitável por volta de 30 mil anos atrás. Isso inclui a Austrália, povoada há 50 mil anos por ancestrais dos aborígenes, que construíram barcos marítimos para cruzar os 70 km de mar aberto entre Java (então unida ao sudeste da Ásia) e o continente desabitado da Nova Guiné e Austrália. As Américas também foram povoadas por povos que periodicamente cruzavam a ponte terrestre sobre o Estreito de Bering, formada em intervalos de baixa maré, durante a última Idade do Gelo, cerca de 45 mil, 30 mil e 20 mil anos atrás.

Os ancestrais do homem moderno realizaram atos notáveis, como a dispersão e a adaptação ao novo ambiente. O desenvolvimento humano, de 2,5 milhões de anos atrás até 12 mil anos atrás, foi uma mudança física permanente: os Australopithecíneos

de cérebro pequeno foram substituídos por formas primitivas do *Homo* e depois por seres humanos com características do homem moderno. A chave para o sucesso humano, porém, reside no desenvolvimento da cultura e tecnologia, possibilitado por um cérebro cada vez maior. O desenvolvimento intelectual e sobretudo a invenção da fala e da linguagem possibilitaram ao homem tornar-se o que é hoje.

(Texto adaptado do sítio http://www.bio2000.hpg.ig.com.br/origem_do_homem.htm)

Leia com atenção os textos acima e responda às questões:

1. Assinale as alternativas corretas:

- os seres humanos surgiram em todos os continentes ao mesmo tempo;
- só os homens modernos possuem estrutura familiar;
- as espécies hominídeas tiveram capacidades adaptativas ao meio ambiente;
- a invenção do fogo foi o fato mais importante da espécie *Homo sapiens sapiens*;
- a origem da espécie humana ocorreu na África e a dispersão foi facilitada pela disposição geográfica dos continentes e pelas mudanças climáticas;
- as espécies hominídeas não criaram cultura.

2. Qual a classificação biológica dos seres humanos?

3. Coloque em ordem crescente temporal, das mais distantes às mais próximas, as espécies citadas nos textos acima:

4. Como surgiram as diferenças morfológicas na espécie humana?

5. Que habilidades os seres humanos foram desenvolvendo no processo evolutivo?

HISTÓRIA

6. Relacione as habilidades que os seres humanos desenvolveram com os elementos de cultura material indicados na primeira parte do texto.

Objetos líticos

Cerâmica

Cestaria

Os milhões de anos em que a espécie humana existe na Terra, e nos quais desenvolveu suas habilidades para sobrevivência, são classificados em: Paleolítico Superior – no qual surgiram os instrumentos de marfim, ossos, madeira e pedra (facas, machados, arco e flecha, lançador de dardos, anzol e linha); Paleolítico Inferior – atividades de caça e coleta, uso do fogo e os primeiros instrumentos de pedra lascada, instrumentos de madeira, ossos, as pinturas rupestres; Neolítico – no qual começa a agricultura e depois; a Idade dos Metais – o desenvolvimento da metalurgia; o aparecimento das cidades; a invenção da roda; a invenção da escrita e do arado puxado por animais, portanto, aparecimento de organizações sociais, econômicas, políticas e culturais mais complexas.

Os artefatos apresentados na parte inicial da unidade são originários do continente sul-americano. Quando e como os seres humanos chegaram ao nosso continente?

As hipóteses ainda estão em discussão, como você pode ler:

30/06/2004

SÍTIO APÓIA TESE DA ANTIGUIDADE DO HOMEM AMERICANO

Ricardo Bonalume Neto da *Folha de S. Paulo*

Caçadores de mamutes capazes de produzir belas lanças e flechas de pedra não são mais o modelo dos primeiros seres humanos a colonizar o continente americano. Demorou, mas uma das teorias mais queridas dos arqueólogos, em especial os norte-americanos, continua sendo ameaçada – agora por mais um sítio, Topper, na Carolina do Sul (EUA).

Um dos defensores da tese é o arqueólogo americano Thomas Dillehay, da Universidade de Kentucky, que esteve em visita ao Brasil. Ele acredita que as descobertas feitas nos últimos anos na América do Sul já vinham demolindo o modelo pelo qual a cultura Clóvis seria a primeira a mostrar a povoação do continente.

O nome Clóvis vem de um sítio arqueológico no Novo México, Oeste dos EUA, por muito tempo considerado o mais antigo nas Américas, com datação entre 11 mil e 11,5 mil anos atrás.

Mesmo na parte norte das Américas as descobertas atacam a primazia da cultura Clóvis. Há vários sítios arqueológicos com promissoras evidências de presença humana pré-Clóvis, dos quais o mais impressionante passou a ser o sítio Topper, na Carolina do Sul.

O sítio tinha sido escavado nos anos 1980 por Albert C. Goodyear, da Universidade da Carolina do Sul, que achou ali vestígios da cultura Clóvis. Mas ele parou por aí, não escavou mais fundo. Só foi fazê-lo depois que colegas como Dillehay demonstraram que havia culturas pré-Clóvis nas Américas.

“A maioria dos arqueólogos trabalhando com povoamento antigo na América do Norte tem se afastado intensamente do modelo Clóvis-primeiro”, disse Dillehay no Instituto de Biociências da USP, onde visitava o pesquisador brasileiro Walter Neves.

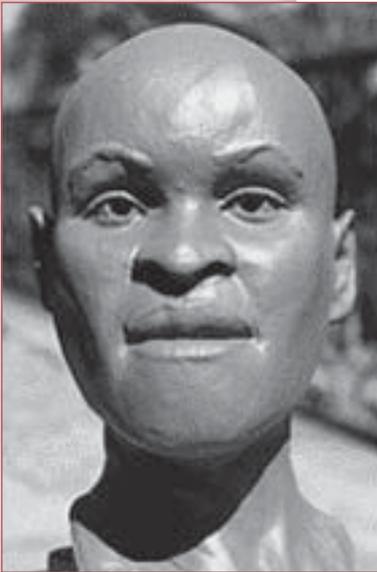
Segundo Dillehay, uma espécie de “imperialismo acadêmico” impedia a comunidade de pesquisa norte-americana de levar a sério os trabalhos feitos na parte sul do continente. “O motivo era simplesmente ignorância”, disse ele.

Um dos sintomas da mudança foi a publicação ontem, pelo “New York Times”, de reportagem sobre os últimos achados no sítio Topper. Segundo o jornal americano, Goodyear hoje tem provas de que o sílex no local teria sido usado por seres humanos para fazer ferramentas de pedra, e que teriam pelo menos 16 mil anos de idade. Goodyear espera o resultado de datações com carvão achado no local, que poderiam ser de fogueiras ainda mais antigas.

Dillehay dirigiu as escavações em Monte Verde, no sul do Chile, de 1977 a 1985, onde as características do solo garantiam a preservação até de resíduos orgânicos. Achou um acampamento utilizado por 20 a 30 pessoas, datado em 12,5 mil anos atrás – mais de mil anos antes de Clóvis. Mas só em 1997 Monte Verde começou a ganhar aceitação no mundo da arqueologia americana.

(Neto, Ricardo Bonalume. Sítio apóia tese da antiguidade do homem americano. *Folha de S.Paulo*. 30 jun. 2004. Texto adaptado do sítio <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ciencia/ult306u12075.shtml>>)

O povoamento do continente americano tem sido visto como o resultado de três ondas migratórias: os antepassados de todos os povos indígenas hoje existentes teriam vindo a partir do nordeste da Ásia, através do Estreito de Bering, até chegar ao Alasca e se espalhar do extremo norte até o extremo sul. Segundo essa hipótese, as primeiras migrações teriam ocorrido no máximo em torno de 12 mil anos atrás, e foram a origem da maior parte dos grupos indígenas hoje conhecidos. Subseqüentemente, duas novas ondas trouxeram os chamados grupos Na-Dene, que ocupam a região noroeste da América do



Fonte www.museunacional.ufrj.br/
Luzia

Norte, e finalmente os Inuit, mais conhecidos como Esquimós, que ocupam a região mais gelada, e que chegaram cerca de 6 mil anos atrás.

Até recentemente a maior parte dos dados arqueológicos e paleoantropológicos parecia confirmar a hipótese das três levas migratórias.

O sítio considerado o mais antigo é o da cultura Clóvis – nome do sítio arqueológico na América do Norte em que foram encontrados os mais antigos sinais de habitação sistemática humana, com a atividade de caça de grandes animais.

Em 1975, uma expedição franco-brasileira recuperou ossos de um abrigo calcáreo chamado Lapa Vermelha, localizado no município de Pedro Leopoldo, na região de Lagoa Santa, Minas Gerais. Todos os outros achados arqueológicos e os ossos foram remetidos para o Museu Nacional no Rio de Janeiro.

Independentemente da sua antiguidade, os esqueletos de Lagoa Santa apresentam como característica importante uma forma de crânio peculiar. Tal conformação é compartilhada com outros exemplares antigos, encontrados em outros sítios da América. São os chamados crânios paleoíndios, de forma arcaica ou robusta, de características negróides-australóides, mais parecidos com os grupos ancestrais da África e da Austrália.

A existência de tais materiais sugere ser necessário um outro modelo de ocupação do continente americano, pois aponta para a possibilidade de pelo menos mais uma onda migratória.

Na figura a seguir encontramos o rosto reconstituído de Luzia, foto que tem sido veiculada repetidamente no Brasil e no exterior. A idéia de dar uma face para Luzia surgiu a partir de uma colaboração entre o Museu Nacional e a rede de televisão britânica BBC, que preparou o documentário “*Ancient voices: tracking the first americans*”, lançado em setembro de 1999. Para a reconstituição da face, foi necessário modelar os tecidos musculares, a pele e os demais órgãos, partindo da



8. Mapa do continente americano com rotas de deslocamento de população. In: **Brasil 50.000 anos**. Uma viagem ao passado pré-colonial. São Paulo: EDUSP; MAE, 2001, p. 14.

estrutura óssea original – o crânio. Uma réplica do crânio de Luzia foi produzida em março de 1999 no Rio de Janeiro a partir de imagens tomográficas, que por sua vez foram enviadas para a Inglaterra. Richard Neave, especialista em anatomia e antropologia forense da Universidade de Manchester, produziu modelos em resina fiéis ao crânio e à mandíbula originais.

(texto extraído e adaptado de www.museunacional.ufrj.br/Luzia)

Escavações arqueológicas mais recentes, no continente sul-americano, indicam a existência de pequenos grupos humanos com mais de 40 mil anos de existência, em pontos dispersos, como na Serra da Capivara/PI ou em Santa Elina/MT. A hipótese sobre a entrada do homem moderno no continente teria sido através da Beríngia, mas em período anterior, em pleno Pleistoceno.

Os sistemas atuais de datação utilizam a contagem de isótopos existentes nos fósseis para indicar a época em que estavam vivos, pois o tempo de decaimento dos elementos radioativos é conhecido. Uma outra forma de datação é através do DNA.

O mais antigo crânio de um ser humano pré-histórico já exumado nas Américas foi encontrado nas cavernas da região de Lagoa Santa (Estado de Minas Gerais), data de aproximadamente 11 mil anos e pertenceu a uma mulher, batizada como Luzia, uma referência ao mais antigo fóssil de um homínido (Lucy, de 2 milhões de anos, descoberto na África). A região de Lagoa Santa foi pesquisada no século XIX pelo dinamarquês Peter Lund, pioneiro no estudo da pré-história brasileira. Em Minas Gerais, no Vale do Peruaçu, estão as mais espetaculares obras de arte rupestre do país. Elas se destacam pelo uso de cores variadas e pelos grafismos geométricos. Os arqueólogos afirmam que os jogos de cores e formas são superiores aos encontrados no continente europeu. As pinturas mais antigas têm 11 mil anos e as mais recentes 2 mil anos. Já a Serra da Capivara (Estado do Piauí), abriga um dos sítios arqueológicos mais ricos do mundo. São 25 mil desenhos que, juntamente com utensílios de pedra, ossos e vestígios de fogueiras, provocam uma revisão da história do Homem no continente americano.

(Texto extraído e adaptado de <http://www.arqueologia.com.br.tf>)

Leia os textos acima com atenção e responda

1. Que hipóteses existem sobre as primeiras culturas americanas?

2. Que elementos são selecionados para serem datados?

3. Relacione os termos:

Luzia

Etiópia

Lucy

Homo sapiens neanderthalensis

Sudeste da Ásia e da China

Homo erectus

Homo habilis

Europa e a Ásia Ocidental

Olduvai

Lagoa Santa

Nos textos acima, as **pinturas rupestres** são citadas várias vezes. Elas também fazem parte da cultura material e são as mais antigas manifestações artísticas humanas. Datam do Paleolítico Superior e foram realizadas em cavernas, que perduraram em diversos locais, em vários continentes. Elas permitem o estudo dos instrumentos utilizados para sua realização, das tintas utilizadas para colorir, dos traços estilizados e das representações humanas e de animais. E sobre elas há numerosos estudos, pois muitos autores as consideram o início da arte humana.



Uma das primeiras formas que o ser humano encontrou para deixar seus vestígios foi a pintura. A arte rupestre consistiu na maneira utilizada para se ilustrar sonhos e cenas do cotidiano. Símbolos da vida, da morte, do céu e da terra foram encontrados nas paredes cálidas das cavernas.

A aguda sensibilidade do homem (sentimento de suma importância para o desenvolvimento da arquitetura e escultura), levou-o a pintar. Muitos dizem que os antigos pintavam por fome, teorias mais recentes asseguram que o faziam por uma “predeterminação sexual”. É sabido que a tela primordial em que nossos parentes longínquos plasmaram suas idéias pictóricas foi a rocha pura. As cores deviam ser aplicadas com aglutinantes para assegurar a aderência. Das cavernas francocantrábicas (Altamira, Lascaux – imagem superior) até levantinas (Cogul) resulta uma evidente transição técnico-estilística: do realismo estático ao dinâmico, primeiro, e depois a uma acentuada estilização. A temática é comum: animais e cenas de caça e dança, as primeiras; homens e cenas várias, as segundas.

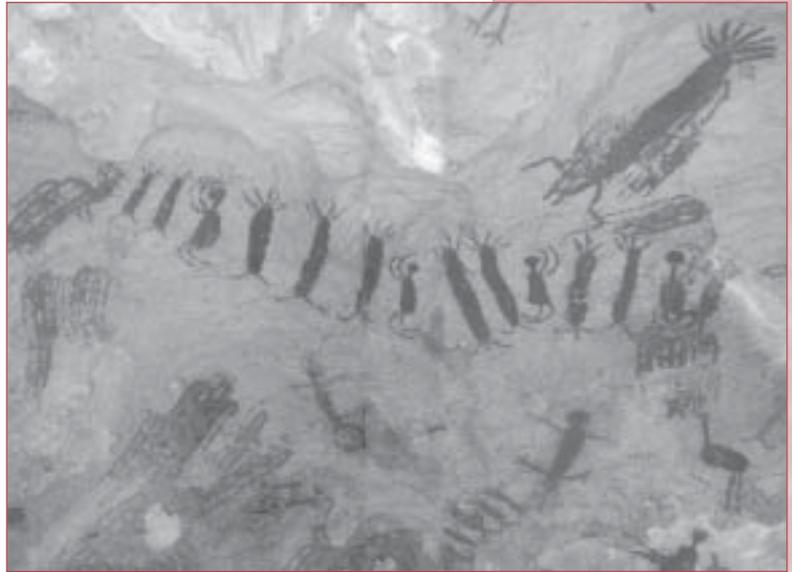
Um grande acervo de arte rupestre na América Latina é *La cueva de las manos*, na Argentina. Nesta caverna encontram-se centenas de gravações de mãos além de ricas gravuras multicoloridas. No Brasil, temos a Serra da Capivara, no Piauí. Lá os primeiros habitantes das Américas deixaram seus vestígios na rocha.

É uma verdadeira galeria de arte rupestre que se confunde com a beleza natural das cavernas locais. Observando a pintura, podemos notar cenas que ilustram a vida humana – caçadas, ritos religiosos, sexo...

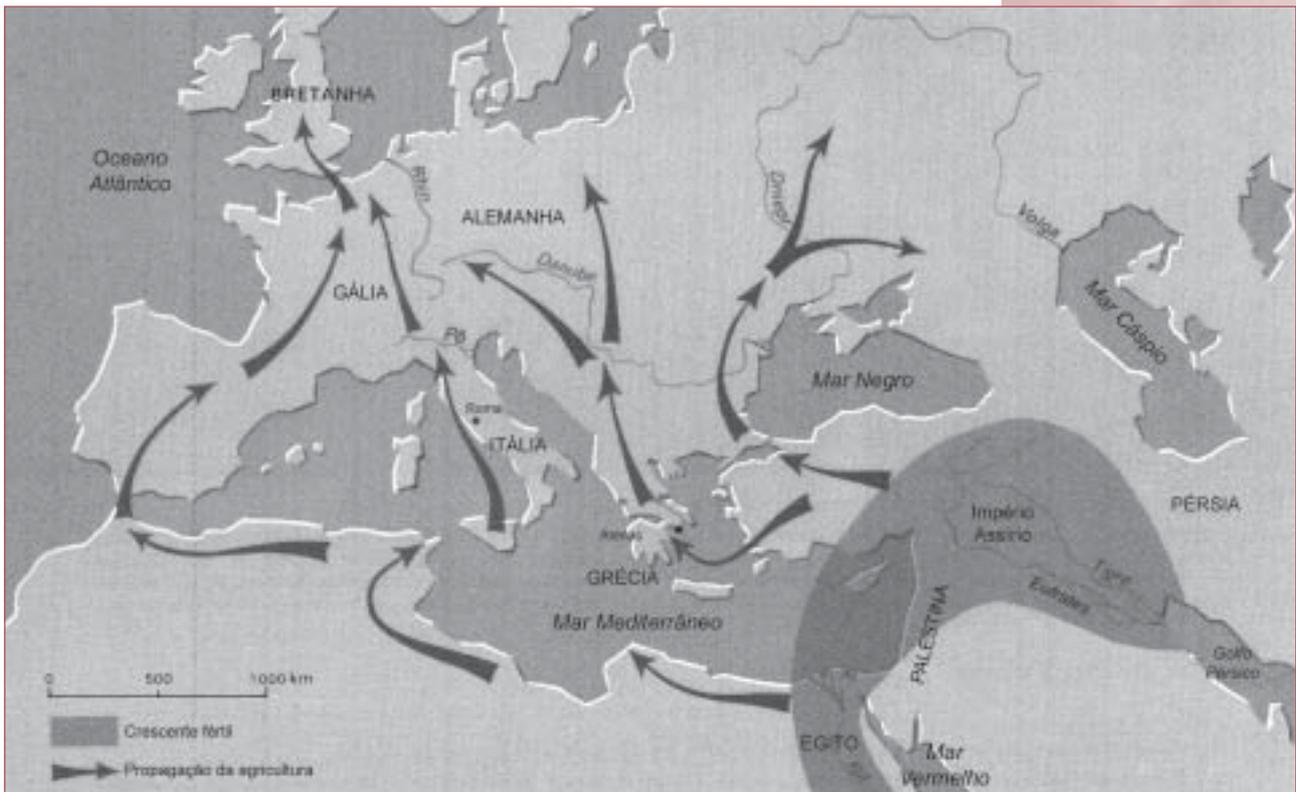
(Texto extraído de <http://www.arqueologia.com.br.tf>)

Pintura rupestre na Serra da Capivara/PI

9. Toca do Baixão da Vaca. Serra da Capivara/PI. In: **Quantos anos faz o Brasil?** São Paulo: EDUSP, 2000, p. 116-117.



Uma significativa transformação ocorreu no período Neolítico, cerca de 14 mil anos atrás, quando ocorreu mais uma mudança climática com o aquecimento do planeta. Ela possibilitou a passagem do nomadismo para o sedentarismo. A agricultura começou a ser uma atividade sistemática, que proporcionou melhores condições de sobrevivência aos grupos humanos, que exploravam a caça, a pesca e a coleta de frutos e sementes. Tais grupos desenvolveram algumas técnicas: a do polimento da pedra; o uso de força e depois fogo para manipular metais – cobre, bronze e ferro, construindo armas, ferramentas e instrumentos; a tecelagem de fios para vestimentas e a cerâmica. Ela teve início na região que é hoje denominada de Oriente Médio e se espalhou pelos continentes africano e euro-asiático.



10. Mapa difusão da agricultura. In P. Milza et alli. **Histoire et Geographie avec le Transatlantique**. Paris: Ferdinand Nathan, 1977, p. 50.



11. Imagem de uma comunidade no Neolítico. In: G., Dorrel-Ferre. **Historie** – Les activités d'éveil au Cours Moyen. Paris: Armand Colin, 1981, p. 12.

A chamada **Revolução Neolítica** é um marco significativo hoje consensual entre os especialistas, pois deu início a um processo de exploração de recursos naturais, que marca as atividades dos seres humanos até nossos dias. Ao lado da seleção de sementes para plantio e obtenção de alimentos, a seleção de animais para caça, proteção do grupo, carregamento, esforço físico, ou para o fornecimento de alimentos também passou a ser praticada.

O reconhecimento de áreas de plantio e a continuidade do fornecimento de água para a plantação e sobrevivência do grupo permitiram o estabelecimento estável de populações em diversos lugares: nas margens dos lagos, nas margens dos grandes rios, em planícies próximas a cursos d'água.

Os primeiros grupamentos humanos se fixaram nas margens de rios volumosos e com trajeto longo (Indo, Tigre e Eufrates, Nilo). Nelas surgiram cidades-estados, com formas político-religiosas de administração, controle do uso da água, divisão social do trabalho. Depois surgiram reinos e impérios. A maior parte dos documentos que restaram são os de cultura material.

A atividade agrária, que permitiu a sedentarização da espécie no Neolítico, foi a atividade dominante dos seres humanos até a expansão da Revolução Industrial, nos séculos XIX e XX.

No processo de desenvolvimento, que teve início a partir da sedentarização dos seres humanos com a exploração agrícola, formas estruturadas de organização política e de atividades econômicas foram sendo formuladas.

Com a complexidade das atividades econômicas, formas de trocar bens e produtos foram sendo estabelecidas. Existem diversas formas de trocas econômicas: barganha, escambo, troca de metais/bens escassos e, finalmente, dinheiro – uma representação de valor de trabalho e de produtos. Dinheiro

podia ser qualquer produto: conchas, pedras, animais e metais. Com o uso de metal surgiu o artefato que existe até nossos dias: a moeda, o dinheiro.

MOEDAS

Dinheiro é uma medida de riqueza, um padrão ou uma escala para identificar o valor de alimentos ou outros produtos. Com ele podemos adquirir bens de consumo, propriedades, objetos variados e serviços. A representação inicial do dinheiro foi em moeda.

Moedas não são apenas formas de representação de valores econômicos, mas também de valores políticos e culturais, e sua existência indica:

1. organização política estruturada sob qualquer forma – responsável pela emissão da moeda, que costuma deixar na frente e no verso da moeda seus sinais de identificação;

2. critérios de valor, os quais codificam um sistema de contagem de objetos em escala com valores de referência, o que permite classificar o valor da moeda em relação ao elemento de referência;

3. sistema econômico com trocas mais complexas entre produtores e consumidores;

4. tecnologia de trabalho com metais, quando a moeda é de metal;

5. sistema de cunhagem: batida ou gravada, indicando o desenvolvimento tecnológico da sociedade emissora;

6. existência de comércio constante, o que justifica a circulação de moeda;

7. quando encontrada distante do local da produção, revela o âmbito de circulação do comércio extra-região e os circuitos de comercialização.

Vamos fazer alguns exercícios

1. Abra sua bolsa e veja o dinheiro em circulação – o papel-moeda e as moedas. Descreva o que está gravado em cada um deles: o valor nominal, as imagens gravadas e os dizeres. O que tais dados indicam?

2. Os valores indicados no papel-moeda e moedas significam o quê?

3. Para que serve a moeda na sociedade atual?



5. Imagem de moedas. Acervo MP. In: **Quantos anos faz o Brasil?** São Paulo: EDUSP, 2000, p. 45.

As coleções de moedas, que existiram em diversas sociedades, podem ser vistas hoje em museus em várias partes do mundo nas seções de Numismática. Também existem colecionadores de moedas que as compram e vendem. Nesta situação, o valor econômico da moeda é determinado pela raridade e dificuldade de obtenção.

Numismática é o campo de conhecimento especializado no estudo de moedas: identificação, descrição, análises de composição metálica, análise das representações nelas contidas.

As moedas são de metal: cobre, bronze, estanho, prata, ouro, e em nossos dias, alumínio. Os valores de cada moeda são estabelecidos pelo governo e depois são negociados no mercado. A variação de valor de cada moeda é complexa e, para isso, foi criado o sistema de câmbio.

Sistema de câmbio é a organização de uma tabela de valor de cada moeda em relação às outras, dependendo da quantidade de moeda em circulação e do valor da produção do país.

Os romanos, por exemplo, tinham moedas em base tri-metálica, isto é, ouro, prata e cobre. As primeiras moedas romanas eram de cobre e o valor de cada uma representava o preço de uma vaca. Essas moedas eram tão comuns que, até hoje, têm sido encontradas em todos os locais que foram dominados pelos romanos.

Em Roma também ocorreu o primeiro processo inflacionário documentado: a moeda utilizada para o comércio durante a República era feita de prata pura. A população comum usava moedas de cobre. Durante o Império as moedas correntes eram de ouro, prata, bronze, cobre, e havia várias de ligas. No começo do Império a moeda de prata era quase pura. No governo de Nero a porcentagem de prata caiu para 90%; no de Trajano para 85%; no de Sétimo Severo para 50–60%; no de Galeno, com inflação violenta, no início a porcentagem era de 40% de prata e 60% de cobre, e no final havia apenas 5% de prata. Mesmo as moedas de bronze receberam ligas, com estanho, que algumas vezes chegaram até a 40%.

(texto adaptado de <http://myron.sjsu.edu/>)

Unidade 2

Roma: vida política e administrativa

Organizadores

Kátia Maria Abud

Raquel Glezer

Elaboradoras

Kátia Maria Abud

Raquel Glezer

Além das moedas, outros importantes objetos da cultura material nos ajudam a compreender a sociedade que se desenvolveu na região do Latio, na Península Itálica, e que deu origem ao poderoso Império Romano.

Leia o texto abaixo extraído do sítio <http://roma-antiga.blogspot.com>:

O telhado romano

Uma das mais fantásticas inovações tecnológicas introduzidas pela civilização clássica é a cobertura dos edifícios. A solução da cerâmica de construção permitiu dar solidez e cobrir maiores espaços edificados do que as coberturas vegetais ou de pedra.

O telhado é constituído por duas peças que se combinam mutuamente, formando um revestimento aéreo que permite não só escoar a água da pluviosidade, como introduzir ainda uma componente estética aos edifícios.

A primeira peça denominava-se *tegula* (palavra latina de onde vem a *telha* portuguesa e a *teja* espanhola) e constituía uma espécie de tijoleira plana retangular, com um rebordo dos dois lados maiores. Cada peça era adossada sucessivamente à outra pelos rebordos.



O segundo tipo de peça cerâmica curva, designado por *imbrice*, correspondia à capa e era colocada sobre a junção dos rebordos de todas as *tegulae*, cobrindo-as e impedindo a entrada da água pela junta.



Esta dupla combinação criou um tipo de telhado único que, com a queda do império romano, se perdeu, sendo progressivamente substituído apenas pela telha curvilínea, denominada mais tarde como *telha mourisca*. Este modelo perdurou até aos nossos dias (vejam os edifícios das aldeias mais antigas), salvo as introduções externas de “telha capa/caleira” e “telha marselhesa”.



Descobrir num terreno fragmentos dispersos e rolados de *imbrices* e *tegulae*, associados, permite afirmar, com certa segurança, que estamos perante uma estação de cronologia romana (apesar das teorias de alguns de que o seu uso perdurou até o século XIV!).

Temos assim um dos mais famosos artefatos arqueológicos romanos que funciona como uma espécie de “fóssil indicador” da datação romana de um sítio arqueológico. Mas atenção! Os romanos empregaram os *imbrices* e as *tegulae* com outras funcionalidades (e não só nos telhados): como caleiras, condutas de água/esgotos e “caixões” tumulares.

Pela leitura do texto acima, podemos perceber quantas informações um objeto da cultura material pode nos dar a respeito da sociedade que o produziu e que o utilizava.

Não são somente o uso das telhas que indicam o grau de urbanização da sociedade romana. As ruínas das cidades romanas, que subsistem em vários países europeus, também nos fornecem informações sobre a vida sob os romanos, pois as cidades construídas por eles seguiam sempre um mesmo modelo. Evidências arqueológicas do urbanismo romano estão representadas tanto pela rede de saneamento da cidade como pela malha de ruas, ordenadas segundo eixos rígidos, ao longo das quais se distribuía as habitações. Os romanos adotaram um sistema de ruas retas que se cruzam. As duas principais, uma em direção norte-sul (*cardo maximus*), outra em direção leste-oeste (*decumanus maximus*), cruzam-se no Fórum, grande praça principal que era o centro político da cidade e em cujas proximidades se erguiam os edifícios públicos mais importantes. As ruas restantes corriam paralelamente a esses eixos. Em geral, eram ruas amplas, com pórticos, estátuas e monumentos que desembocavam em praças vazias.



Maquete de Roma

(D. Lauvernier)

A imagem ao lado é de uma maquete com cerca de 70 m² (11 m X 6 m), feita numa escala de 1/1400, que representa 1/5 da cidade de Roma no início do século IV (301–400). Foi criada pelo arquiteto Paul Bigot. Exposta atualmente na Casa de Pesquisa em Ciências Humanas, da Universidade de Caen, na França.

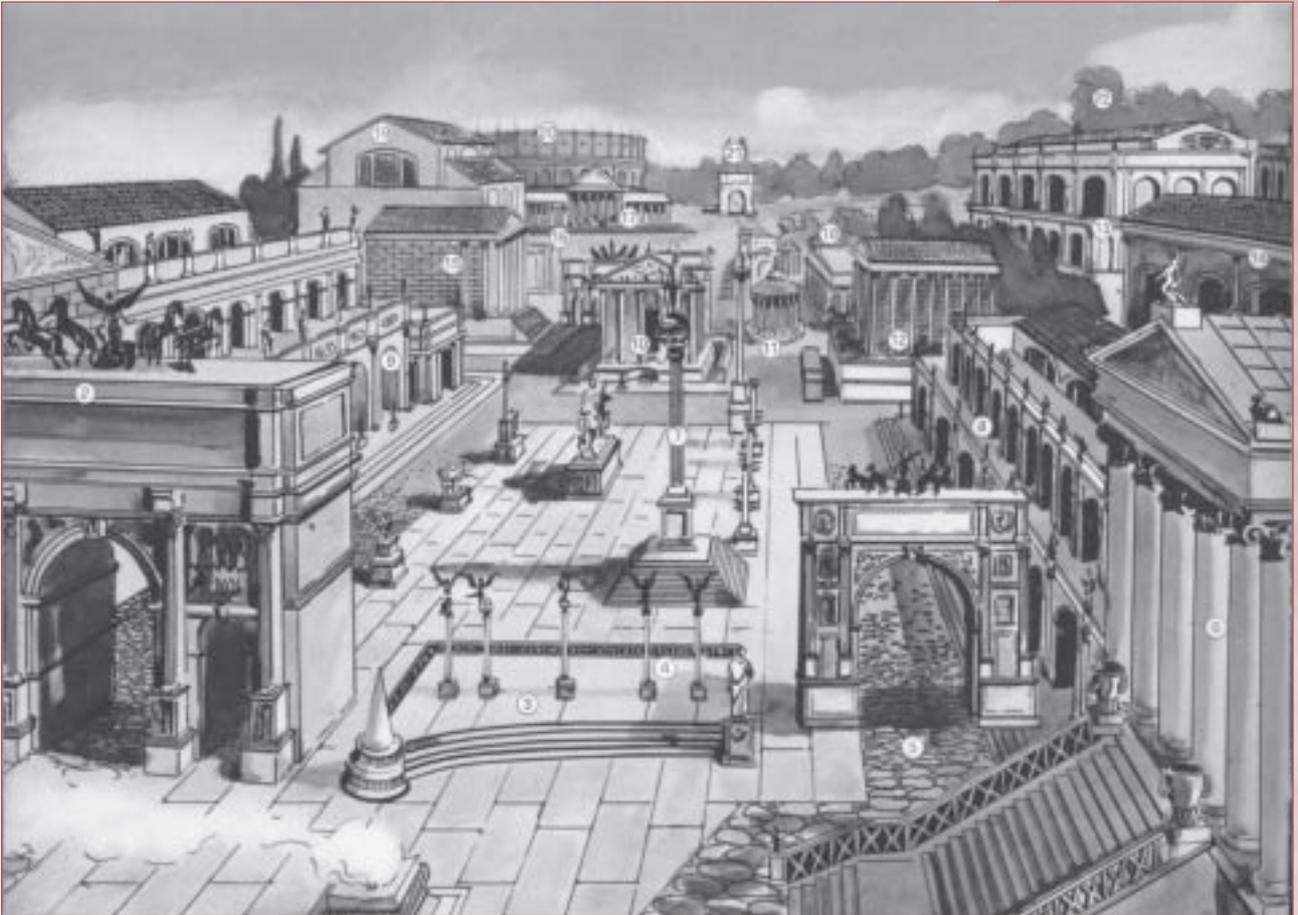
Em torno do *forum*, a grande praça central cercada de pórticos, havia os prédios públicos: o Capitólio – que era o templo de Júpiter, o maior deus dos romanos –, era construído sobre um *podium*, isto é, um terraço elevado ao qual se chegava subindo escadas (certamente você já ouviu essa expressão, utilizada nas finais de campeonatos – o *podium* hoje é um “terraço”, no qual os atletas vencedores recebem os prêmios. *Fórum* não é um vocábulo desconhecido nosso: é onde se exerce o Poder Judiciário). Outro edifício que compunha o fórum era a *cúria*, que corresponderia ao que é hoje a nossa Câmara Municipal, onde se reuniam os senadores e tratavam-se das questões urbanas, como limpeza e embelezamento da cidade, prevenção e contenção de incêndios, entre outros. O mercado, os banhos públicos, o teatro e as arenas também eram construídos ao redor do fórum. Os romanos semearam essas cidades do Danúbio ao Saara, do Atlântico até o Eufrates.

Ao observar as ilustrações a seguir você poderá ter uma percepção melhor da importância dos restos materiais para a compreensão da vida das sociedades do passado. A “restauração” gráfica foi possível graças à existência de ruínas do fórum romano que serviram de base para as projeções.

Passado: 1. La Curia – 2. Arco de Septímio Severo – 3. Rostra – 4. Templo de Vespasiano – 5. Via Sacra – 6. Templo de Saturno – 7. Columna de Foca – 8. Basílica Julia – 9. Basílica Emilia – 10. Templo de Julio César – 11. Templo de Vesta

Presente: 12. Templo de Cástor y Polux – 13. Santa Maria Antiqua – 14. Templo de Augusto – 15. Templo de Antonino y Faustina – 16. Templo Redondo de Rómulo – 17. Templo de Venus y Roma – 18. Casa de las Vestales – 19. Basílica de Majencio – 20. Coliseo – 21. Arco de Tito – 22. Palatino

Saiba mais sobre urbanismo romano no sítio: <http://www.uaum.uminho.pt/estrutura/urban/urban_imagem2.htm>.



Passado



Presente

Fonte (imagens acima): Foro romano. In: **Roma en colores**. Roma: Casa Editrice Lozzi, p. 28-9.

Atividades

Depois da leitura do texto acima, responda:

1. Como se explica que o telhado seja considerado “uma das mais fantásticas inovações” criadas pelos romanos? O que essa inovação significou para o urbanismo na Antigüidade Clássica?

2. Faça por escrito um exercício de interpretação do texto abaixo:

Descobrir num terreno fragmentos dispersos e rolados de *imbrex* e *tegulae*, associados, permite afirmar, com certa segurança, que estamos perante uma estação de cronologia romana (apesar das teorias de alguns de que o seu uso perdurou até ao século XIV!). Temos assim um dos mais famosos artefactos arqueológicos romanos que funciona como uma espécie de ‘fóssil indicador’ da datação romana de um sítio arqueológico(...)

(<http://roma-antiga.blogspot.com>)

3. Observe a maquete da Cidade de Roma (página 32) e a partir de sua observação assinale a alternativa correta:

a) Os romanos eram atrasados e suas cidades eram construídas segundo as tradições pagãs, que afirmavam que ao meio-dia o Sol deveria estar a pino no ponto central da cidade.

b) A cidade de Roma obedecia um traçado a partir de duas linhas retas que se cruzavam na praça central da cidade, onde se localizavam os mais importantes edifícios.

c) Depois do século IV, o traçado das cidades romanos mudou, devido à influência recebida das cidades orientais.

d) As habitações romanas eram mal construídas e muito frágeis.

e) O traçado da cidade de Roma reproduzia o traçado das vilas rurais.

AS ORIGENS DE ROMA

Segundo a tradição oral, registrada por cronistas e historiadores, o mais importante dos quais foi **Tito Lívio**, Roma surgiu numa pequena planície da Península Itálica. As origens históricas se perderam, mas perdurou a explicação lendária. No século XII a. C, depois da vitória dos gregos na guerra contra Tróia, Enéas, príncipe troiano que havia escapado, chegou à Itália. Acompanhado por um grupo de homens, entrou pela embocadura do rio Tibre, onde fundou uma cidade, à qual deu o nome de Lavinium. Por sua vez, o filho de Enéas fundou Alba Longa, na região do Latio, onde viviam os latinos. Durante quatro séculos, doze reis governaram Alba Longa, até que no século VIII a. C., Amúlio, o último dos doze reis, sentiu-se ameaçado com o nascimento de dois meninos gêmeos, filhos de seu irmão. As duas crianças foram colocadas em um cesto e abandonadas no Rio Tibre. Quando o cesto encalhou nas margens foram recolhidos por uma loba) que os amamentou. Foram encontrados e criados por um pastor, chamado Faústolo. Já adultos decidiram fundar uma cidade e, na disputa pelo poder, Rômulo matou Remo e se tornou o rei da nova cidade, chamada Roma, localizada aos pés do Monte Palatino, às margens do Rio Tibre.



Fonte: (imagem de cima) Imagem de loba. In: **Roma em cores**. Roma: Casa Editrice Lozzi, p. 11.

Tito Lívio

É considerado o primeiro historiador romano, pois deu um tratamento metódico aos escritos em que cronistas anteriores registraram as tradições orais sobre a história de Roma. Viveu no século I a. C.

Sua obra mais conhecida, *Ab urbe condita libri*, era composta de 142 livros, editados em grupos de dez, o que deu o nome de década a cada grupo de dez livros publicados. Desses 142 livros, somente 35 foram preservados até hoje. Tratam da História de Roma desde suas origens até a época contemporânea ao autor.

A contagem do tempo é uma convenção social e a sociedade ocidental considera como marco de sua contagem o ano do nascimento de Jesus Cristo. Por isso, quando se registram fatos que ocorreram antes do ano I, usam-se as iniciais a. C., que significam "antes de Cristo".

HISTÓRIA

Depois da morte de Rômulo, seis reis se sucederam no governo de Roma. Os três últimos eram *etruscos* (ver quadro).

Atividades

1. Enumere as informações que foram transmitidas oralmente até o registro feito primeiramente por cronistas e depois por Tito Livio, no século I a. C.

2. Coloque numa linha do tempo uma seqüência temporal dos fatos que relatam as origens de Roma, tendo como referência o ano I, que marca o nascimento de Jesus Cristo.

AS INSTITUIÇÕES REPUBLICANAS

Em 509 a. C., uma rebelião depôs o último dos reis etruscos e instalou em Roma a República. Os responsáveis pela República romana (ver quadro) eram os *cidadãos romanos*. Eram cidadãos romanos, os homens livres que habitavam a região do Latio e pagavam impostos.

A palavra República vem do latim, língua falada pelos romanos. Significa a coisa pública. Ou, melhor dizendo: negócios de todos.

Os cidadãos se reuniam nos **comícios** para tomar decisões. Mas a participação não era igualitária: os cidadãos eram divididos em cinco classes, definidas de acordo com sua fortuna, e cada classe dividida em centúrias. Quando se votava, contavam-se os votos por centúria. Começava-se sempre pela primeira classe (a dos mais ricos) e quando se atingia a maioria, parava-se de votar, o que significava que as classes mais pobres nunca chegavam a expor sua opinião.

Dirigindo a República, havia os **magistrados**:

- dois **cônsules** eram os chefes, que convocavam os comícios, zelavam pela aplicação das leis e, em tempo de guerra, comandavam o exército;
- **pretors** aplicavam a justiça e, eventualmente, comandavam o exército no lugar dos cônsules;
- **ensores** faziam o recenseamento dos cidadãos (na verdade, decidiam quem podia ou não votar), dirigiam a administração do Estado e eram encarregados de supervisionar a fortuna e a moral dos cidadãos;

Os etruscos

Os etruscos eram um povo originário do Oriente, que, por volta do século VII a. C., conquistaram a Itália Central e lá introduziram uma sociedade mais complexa que as dos povos locais. Roma deve aos três reis etruscos os primeiros trabalhos de urbanismo e organização de suas instituições políticas.



Fonte: Roma e seus vizinhos. In: **Espaces et civilisations**. Paris: Librairie Classique Eugène Belin, p. 166.

- **edís** cuidavam das questões relativas à vida na cidade: eram sua ocupação, o lazer, o embelezamento da cidade, o policiamento e o controle dos incêndios;
- **tribunos** apresentavam os projetos de lei diante dos *comícios*;
- **questores** cobravam e recebiam os impostos.

Você deve ter reconhecido alguns títulos e algumas atividades que se realizam no presente e que coincidem com as exercidas pelos políticos. Isso acontece porque o Direito Romano é até hoje o fundamento das sociedades ocidentais como a nossa.

Havia ainda o **Senado**, composto por trezentos cidadãos que já haviam sido magistrados. Seu cargo, ao contrário dos magistrados que exerciam um mandato temporário, era vitalício.

Os restos das construções nas quais funcionavam as instituições nos permitem perceber a importância que os cidadãos romanos davam a elas, tal a imponência, a nobreza dos materiais e a grandiosidade de seu projeto arquitetônico.

Atividade

1. Identifique os cargos políticos da república romana que se assemelham aos que existem hoje no Brasil.

O DIREITO ROMANO

Vocês devem estar familiarizados com o vocábulo *Direito* e alguns devem mesmo estar se preparando para o exame vestibular da Faculdade de Direito. Sabemos também que quando consideramos alguém como uma “pessoa direita” é por que ela segue as regras da vida em sociedade, assim como quando falamos em “nossos direitos”, nos referimos a atos cuja realização são garantidos pelas leis. O Direito, ou conjunto de leis que regulam todos os aspectos da vida social, não é necessariamente escrito. As leis podem ser consuetudinárias, isto é, formadas pelo costume. Na vida moderna, contudo, o Estado de Direito (o que é regulado por leis que garantem a cidadania) se caracteriza por elaborar por escrito suas leis (tarefa que cabe ao Poder Legislativo), para que os encarregados de fiscalizar sua aplicação (representantes do Poder Judiciário) possam ter um apoio seguro.

Na Roma Antiga, a inexistência de leis escritas levou a um conflito bastante grave e demorado, que se travou entre as diferentes classes de cidadãos. Ainda durante a monarquia, os cidadãos romanos (aqueles que participavam da vida política e tinham direito de voto nas assembleias e comícios) foram divididos em duas grandes classes: os **patrícios** e os **plebeus**. Os **patrícios** eram os ricos proprietários de terras e escravos, que se diziam descendentes dos antigos chefes de clãs. Monopolizavam os cargos do Senado e da Magistratura. Os **plebeus** eram o povo comum: artífices, pequenos proprietários e comerciantes. Eram obrigados a pagar impostos pesados e forçados a servir

no exército em tempo de guerra. Eram excluídos de qualquer participação na vida política, exceto de participar das assembléias. Com frequência, eram vítimas de decisões injustas nos processos judiciais, pois não existiam leis escritas e não sabiam quais eram seus direitos. A lei era aplicada de acordo com os costumes e somente os cônsules sabiam como aplicá-las. Como o direito consuetudinário (leis que eram aplicadas de acordo com os costumes e a tradição) na Roma antiga permitia a escravidão por dívidas, muitos plebeus se tornavam escravos de patrícios dos quais eram devedores. No início do século V a. C. (401 a 500 a. C.), os plebeus se rebelaram contra essa situação.

As primeiras vitórias dos plebeus aconteceram algumas décadas depois que o movimento havia se iniciado. A primeira delas foi a criação dos tribunos da plebe, os quais podiam proibir atos ilegais dos magistrados. A partir dessa primeira conquista, os plebeus passaram a exigir que as leis fossem codificadas, isto é, que as leis passassem a ser escritas para que todos pudessem conhecê-las e para que não acontecessem abusos. Essa reivindicação foi vitoriosa e disso resultou a publicação da **Lei das Doze Tábuas**. A Lei das Doze Tábuas não introduzia novas perspectivas legais para os plebeus, pois perpetuava os antigos costumes, contudo, capacitou o povo a conhecer sua situação em face da lei e permitia que os tribunos da plebe entrassem com recurso à assembléia contra sentenças de morte, lavradas por algum magistrado. Aos poucos, outras mudanças foram conquistadas., Deve-se lembrar que não deram maior liberdade individual, mas puderam frear o poder dos magistrados e permitir uma participação maior do homem comum no governo.

A Lei das Doze Tábuas não foi imune a mudanças provocadas pelas transformações que ocorreram em Roma. A expansão de Roma e a formação de um grande império foram fatores importantes nas modificações introduzidas no Direito, principalmente porque colocaram os romanos frente a frente com os outros povos que dominaram. A Lei das Doze Tábuas significou, sobretudo, a luta dos plebeus pela garantia de seus direitos como cidadãos romanos. A expansão fez com que novas formas legais tivessem que ser adotadas, sobretudo em relação aos estrangeiros, isto é, em relação àqueles que, embora vivendo sob o poder do Império Romano, não eram cidadãos romanos.



Com a expansão, o Direito Romano passou a ter grandes divisões. A mais importante era a que havia entre o *jus civile* e o *jus gentium*. O *jus civile* (direito civil) era essencialmente a lei que vigorava na cidade de Roma e se aplicava a seus cidadãos. O *jus gentium* (direito das gentes) era a lei comum a todos os homens. Autorizava as instituições da escravidão e da propriedade privada, definia os contratos de compra e venda, a formação de sociedades comerciais.

Fonte: **Espaces et civilisations**. Paris: Librairie Classique Eugène Belin, p. 168.

O Direito Romano é considerado um dos mais importantes legados daquela sociedade à nossa moderna sociedade ocidental, que nele fundamenta seus códigos legais. Isso porque, ao conquistar um império que cercou o Mar Mediterrâneo, atingindo desde a Península Ibérica ao norte da África, passando pela Ásia Menor, o Império Romano levou até essas regiões suas principais produções.

Atividades

1. Qual o significado da passagem do direito consuetudinário para o direito escrito?

2. Depois do advento da Lei das Doze Tábuas, a sociedade romana se tornou uma sociedade democrática? Explique sua resposta.

3. Uma das mais importantes divisões do Direito Romano ocorria entre duas formas legais, o *jus gentium* e o *jus civile*, que significavam respectivamente:

- a) O direito dos cidadãos romanos, moradores da cidade, e o direito dos cidadãos romanos que eram obrigados a viver fora da cidade de Roma.
- b) O direito dos estrangeiros morarem na cidade de Roma e o dos cidadãos romanos viverem em cidades de regiões mais distantes.
- c) O conjunto de lei que resguardava os direitos dos cidadãos romanos e o conjunto de leis que regulavam a vida dos moradores das regiões dominadas pelo Império Romano.
- d) O primeiro era o conjunto de leis que garantia os privilégios dos patrícios e o segundo, regulava o a vida dos plebeus.
- e) O conjunto de leis que ficaram registradas nas na Lei das Doze Tábuas e o conjunto de leis que ficaram registradas em outros códigos legais.

SAIBA MAIS

O texto abaixo, adaptado de *Diante de seus juízes, Jesus se cala*, de Yann Le Bohec, publicado em **História Viva**, n. 2, dezembro de 2003, mostra os procedimentos judiciários no Império Romano

Muitas instituições de hoje em dia não existiam no mundo romano, em particular a polícia, o juiz de instrução e o ministério público (o procurador-geral). Dessas ausências decorrem várias originalidades no processo judicial romano. Por exemplo, quando um cadáver era descoberto na rua, ninguém prevenia a polícia, que não existia, e ninguém confiava o caso a um promotor, que também não existia. Conforme a tradição, os passantes procuravam identificar a vítima e prevenir a família. Era ela que realizava a investigação e que indicava ao juiz a pessoa que considerava culpada. Compreende-se, portanto, que um homem sem família jamais seria vingado se fosse morto. Em seguida, o acusador devia convocar o acusado a se apresentar ao juiz e precisava obrigá-lo, se preciso pela força, a comparecer perante a justiça. Em geral, as pessoas convocadas para um processo compareciam: não comparecer significava reconhecer a culpabilidade e, portanto, incorrer numa condenação.

Em alguns casos, os magistrados municipais enviavam seus escravos, por exemplo, para prender um homem que estivesse fazendo escândalo numa taverna. Ou então, recorriam a milícias locais, a associações de filhos de ricos, os *juvenes*, que ajudam voluntariamente na manutenção da ordem. Em situações excepcionais, o exército intervinha. Para que os soldados intervissem, era preciso que bandidos estivessem submetendo uma região. Nesse caso, a intervenção se caracterizava por sua brevidade e dureza. Mas cada governador possuía uma guarda de honra que lhe permitia, em caso de necessidade, garantir as funções de polícia.

No começo, os romanos proibiam a profissão de advogado. Mas ninguém podia impedir um acusado de pedir a um bom orador, um bom conhecedor do Direito, de o ajudar "amigavelmente" em troca de um "presentinho". Mesmo quando a profissão de advogado foi finalmente reconhecida, era preferível defender-se sozinho: era o indício de que não se tinha nada a temer.

O exercício da justiça variava conforme ela fosse feita em Roma ou na província. Em Roma, durante o Alto Império (séculos I e II de nossa era), um processo podia seguir dois caminhos diferentes, dois tipos de procedimentos. O procedimento dito "formular" remontava a uma tradição que datava de um período recente, o fim da República. O acusador comparecia primeiro diante de um magistrado, o pretor, que "dizia o direito". Esse último pedia ao acusador que escrevesse sua petição e ao acusado, sua resposta. Com elas, ele redigia um texto, ou "fórmula", que continha os pontos de vista das duas partes e observações de Direito destinadas ao juiz. Depois, designava um juiz, um simples cidadão romano (no Império, essa escolha era confiada aos "decênviros encarregados do processo"). Os juízes, chamados centúviro, eram distribuídos em quatro, depois cinco cortes. Eles escutavam as duas partes e as testemunhas, depois decidiam. O objeto do litígio lhes devia ser apresentado, por exemplo, quando se tratava de um escravo, ele deveria ser conduzido à corte. Mesmo no caso de um bem imobiliário, como um campo, o demandante precisava apresentar uma parte simbólica, como um punhado de terra. O acusado também devia estar presente. Mas se ele tinha razões

sérias para não estar lá, especialmente se estivesse doente, podia pedir um relatório ou se fazer representar. Se o dossiê lhes parecesse obscuro demais, os juizes podiam desistir pronunciando a fórmula: *non liquet* (não está claro, existe dúvida). Assim como o acusador devia obrigar o acusado a se apresentar, ele também devia obrigá-lo a pagar, não podendo contar com a força pública que não intervinha nos conflitos particulares. Às vezes, era preciso um segundo processo para obrigar um perdedor que fosse mau pagador. Nem mesmo os juizes eram profissionais do Direito. Eles precisavam se cercar de um conselho de especialistas.

Também o Senado possuía uma jurisdição. Ele julgava todos os casos envolvendo algum de seus membros e desempenhava, pois, o papel de uma alta corte. Mas ocorre que o imperador assistia a essas sessões e pesava nos resultados com a sua presença ou mesmo simplesmente enviando um de seus subordinados próximos, especialmente o prefeito da pretoria. Com efeito, era o principal do Senado que desempenhava um papel crescente como mostra outro procedimento, denominado “extraordinário” porque escapava à “ordem” dos juizes, que se desenvolvia com regularidade. Trata-se daquele que se desenrolava no tribunal do imperador ou de seus funcionários, como o prefeito da pretoria. Nesse caso, havia apenas uma etapa: acusador e acusado se encontravam diante de uma personagem que “dizia o direito” e que, ao mesmo tempo, preenchia as funções de juiz.

Nas províncias, o caso podia ser tratado em nível municipal se não oferecesse grande importância. Cada cidade elegia, todos os anos, dois magistrados cujo título era explícito, os “duúnviros encarregados de dizer o direito”. Diante deles compareciam os ladrões de galinha e os autores de agressões físicas nas tavernas. Nos casos mais importantes, era o governador da província que intervinha na qualidade de juiz supremo.

Na justiça romana, o exército gozava de uma situação particular. Os militares, como em muitos Estados, mesmo os modernos, escapam à lei dos civis. Nos assuntos de disciplina, em caso de delitos leves, os oficiais, centuriões e tribunos, podiam distribuir punições. Os casos graves eram julgados numa instância superior.

O tratado de Tertuliano, *Da coroa*, ilustra essa hierarquia a um só tempo militar e judiciária. A história se passou em Roma no início do século III. Um soldado cristão recusou-se a participar de uma cerimônia pagã e, no meio das festividades, jogou no chão seu capacete e a coroa de folhas que simbolizava sua participação nos ritos do culto imperial. O centurião que o comandava ordenou-lhe que voltasse às fileiras. Ele se recusou. O tribuno repetiu a ordem. Nova recusa. O cristão foi preso e depois denunciado aos prefeitos da pretoria que prontamente o condenaram à morte. Ele se tornou um mártir, então.

Mais simples que nosso Direito moderno, o Direito romano apresentava características que lhe eram próprias. Veja quais eram três dessas características.

- Primeiro de tudo, embora seja tão formalista quanto a nossa, a prática judiciária dos romanos era feita de uma forma diferente. Por um lado, a preocupação com a forma era indiscutível. O jurista Gaio narrou assim uma anedota célebre. Um camponês, que viu suas vinhas serem cortadas por um vizinho, moveu uma ação “por vinhas cortadas” e a perdeu porque teria que ter agido “por árvores cortadas”.

Para saber mais**Leia**

“Diante de seus juízes, *Jesus se cala*”, de Yann Le Bohec, publicado em **História Viva**, n. 2, dezembro de 2003.

Jean Forman. **Os romanos**. São Paulo: Melhoramentos, 2000.

Maria Luiza Corassin. **Sociedade e política na Roma Antiga**. São Paulo: Atual, 2001

Neil Grant. **As conquistas romanas**. São Paulo: Ática, 1999.

Consulte os sítios

www.bibvirt.futuro.usp.br/

www.historianet.com.br/

www.conhecimentosgerais.com/sites-premiados/historia-geral.html

www.universiabrasil.net

www.br.dir.yahoo.com/Ciencia/CienciasHumanas/Historia

www.tvcultura.com.br/aloescola

Veja os filmes

– O Gladiador

– Tróia

– Ben Hur

– Spartacus

– Calígula

– Julio César

– Quo Vadis

– A queda do Império Romano

– Os últimos dias de Pompéia

- Era impensável um criminoso ser libertado por “vício de forma”, o que se explica por uma outra escolha dos romanos: os direitos da vítima eram privilegiados. Esse é um segundo traço do direito romano. Uma outra anedota o ilustra. O imperador Galba foi governador na Espanha. Nessa região, teve de julgar um caso abominável: um tutor matou seu pupilo para se apoderar de seus bens. O homem confessou e havia testemunhas. Galba o condenou à morte por crucificação. O assassino fez valer o fato de ser cidadão romano e pediu para ser exercido seu direito de apelação e para ser julgado novamente, em Roma, pelo imperador. Galba recusou: o crime era evidente demais e a execução da sentença não devia ser adiada. Nova objeção do condenado: ele não devia ser submetido a uma pena infamante e pediu para ser decapitado. Nova recusa de Galba, que lhe concedeu que fosse crucificado numa cruz maior que as outras e pintada de branco para que se soubesse que ele não era qualquer um. E assim foi feito.

- Por fim, o acusado, sobretudo quando era condenado, não se beneficiava de nenhuma proteção. Os guardiões, o povo que assistia à aplicação do castigo e os soldados que o aplicavam podiam lhe infligir sofrimentos suplementares sem que ninguém se comovesse.

Síntese do Módulo II

Nesta unidade, você deve ter percebido a importância que certos objetos adquirem em nossa vida cotidiana. São importantes para a realização de tarefas para o nosso trabalho, para o lazer, para os relacionamentos pessoais, para a manutenção de crenças etc. A mesma importância outros objetos tiveram em sociedades do passado, para as quais se transformam em fontes de informação sobre os hábitos e costumes de homens que viveram em tempos remotos. Nem sempre se encontram inteiramente preservados, mas a reconstituição que se pode fazer deles nos transmitem informações dos mais diferentes aspectos das sociedades, lendo os textos sobre as origens do homem e sobre a antiga sociedade romana.

Bibliografia

Blanco Freijeiro, A. *Roma Imperial*. Madrid: Historia 16, 1989.

Ward-Perkins, J. *Arquitectura romana*. Madrid: Aguilar, 1989.

CROUZET, M. (org.). *História geral das civilizações: O império romano*. São Paulo. Difel, 1955.

PINSKY, J. *Primeiras Civilizações*. São Paulo: Contexto, 2001.

RIVET, P. *As Origens do Homem Americano*. Trad. Paulo Duarte. São Paulo: Ed. Anhembi, 1958.

Sobre as autoras

Katia Maria Abud

Doutora em História Social, é professora de Metodologia do Ensino de História na Faculdade de Educação da USP, onde participa do programa de Pós-Graduação em Educação.

Raquel Glezer

Professora titular do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, onde é professora de Teoria da História. É também professora nos programas de Pós Graduação em História Social e História Econômica.

Anotações

Anotações

Anotações

Anotações

Anotações